

ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2004, na sala de reunião do CAP, às 9h sob a presidência do Sr. **Hélio José da Silva** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, na sede da APPA, situada na Rua Antônio Pereira nº 161, com a presença dos **Conselheiros**: Mário Marcondes Lobo Filho, Mário Manoel das Dores Roque, Juarez Moraes e Silva, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, José Silvio Gori, Carlos Alberto Frisoli, Jorge Tacla Filho, Carlos Gilberto Guardhain Mattoso, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, Luiz Antônio de Mattos e **Convidados** Marco Antônio Franco, José Albino Gonçalves Neto, Luiz Henrique Tessutti Dividino, Leopoldino de Abreu Neto, Nilson Hanke Camargo, Pedro Lopes de Oliveira, Maria Manuela de Oliveira, Edson Cezar Aguiar, Nelson Costa, Álvaro Luiz Scheffer, João Ivano Marson. **Justificativa da Ausência**: dos Conselheiros Mauro Fontoura Marder, Adriano Gustavo Vidal, Ogarito Borgias Linhares, Arivaldo Barbosa José e Convidados CMG. Osmar Pedro Cunha, Dr. Jorge Quirilos Assis, Valéria Eliane Gozzo Antonietto. **Abertura da Reunião**: O Sr. **Presidente** iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Disse estar presente neste Plenário o Conselheiro do CAP de Manaus o Sr. João de Oliva Pinto que é Presidente dos Operadores Portuário; desejando boas vindas. Na sequência informou que iniciou uma rotina de encontros de audiências, começou pelo Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, em Curitiba acompanhado por alguns Conselheiros visitaram a FAEP, FIEP, TCE, OCEPAR, CEXPAR e aqui em Paranaguá o SINDOP e o SINDAPAR coletando, trocando algumas informações e experiências para que se pode junto traçar compromissos em prol da atividade Portuária. Disse que enviou correspondência de agradecimento a estas entidades e que faz questão de entregar pessoalmente ao Cons. Bósio do CEXPAR pela atenção dispensada pelo Cons. Ozeil e concluiu que todas estas Entidades fazem parte destas rotinas de intenção, irá dar continuidade as visitas posteriormente a Delegacia da Receita Federal, Capitania dos Portos e as outras que possuem vínculo direto com as atividades do CAP, e que “um Colegiado não é uma pessoa só, é um conjunto de pessoas de lideranças”. **Aprovação da ATA**: A Ata da 125ª Reunião Extraordinária foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Acompanhamento de Zoneamento, Desenvolvimento e do Melhoramento da Infra - Estrutura do Porto – PDZPO: Projeto do Terminal de Carga Geral e Líquido e Projetos do Terminal Público de Fertilizantes**. A Cons. Maria do Socorro esclareceu que o relatório final da Comissão do PDZPO não foi elaborado, tendo em vista que a Comissão não obteve consenso e pede-se que a matéria retorne na próxima reunião, onde pretende trazer um relatório definitivo sobre os projetos. Respondeu o questionamento do Sr. Presidente dizendo que não há previsão de data da reunião, porém poderá realizar na próxima semana, entretanto a matéria depende da Administração do Porto. **Comissão de Operações Portuárias - Divulgação do Regulamento das Operações do Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá**. O Sr. **Presidente** informou o recebimento de ofício nº 266/04-APPA da Administração do Porto, o qual foi distribuído cópia aos presentes e encaminhado a Comissão de Operações Portuárias em razão da importância. O Cons. Fayet relatou que o Conselho dentro das suas atribuições legais estabeleceu uma norma, onde a Administração do Porto encaminhou este ofício não pedindo a reconsideração da decisão do Conselho, mas comunicando que desconhece o assunto. Disse que não cabe a um ente subalterno desconhecer uma decisão superior de uma Instituição Pública Federal que é o CAP, sendo este

ATA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP, de 26/08/2004

possuindo atribuições definidas em lei com toda uma determinação de caráter normativo sobre os Portos Organizados, tem competência para estabelecer essa e outras dentro das atribuições que lhe julgar na forma da lei, conforme estabelece o art. 33. Propõe que a matéria seja decidida no sentido que o Conselho deva encaminhar aos Ministérios Público Federal e Estadual, aos Tribunais de Contas da União e do Estado, a ANTAQ e ao Ministério do Estado dos Transportes comunicando o ato de insubordinação administrativa e conseqüentemente restabelecer a ordem das coisas, por que o CAP é um poder desarmado, não tem "*manos militaris*" para impor decisões, tem que atuar através do arcabouço institucional da legislação nacional. O Sr. **Presidente** acrescentou que nas suas visitas as federações e entidades o que se ouviu foi um posicionamento comum, no sentido que precisamos tomar medidas adequadas nesta época, considerando que a safra de soja se aproxima, e está na fase de importação de fertilizante. Porém caso não se tenha as medidas adequadas, eventualmente poderão ter um processo de desgaste e dificuldade da mesma forma que se foi o ano passado, este comentário repassou as instituições que foram visitadas, com as ponderações no sentido de solucionar os problemas anteriores. Manifestaram os Cons. **Silvio e Maria do Socorro** dizendo que houve a participação do porto, por um representante discutindo o regulamento exaustivamente com a Comissão até o consenso final. Falaram que estão surpresos com a posição do Superintendente da APPA, pois acreditaram que a matéria estava de acordo e harmonizado, após várias reuniões com toda comunidade portuária. O Cons. **Mário Lobo** disse que na ocasião da votação da matéria foi um tanto polêmico, inclusive lembra que pediu vistas e por decisão do Sr. Presidente lhe foi negado, sendo legítima por achar que o tema estava amadurecida. Informou que as participações de alguns técnicos do porto nas Comissões se restringiram a focar alguns assuntos técnicos que estavam sendo discutidos e que a divergência não ocorreu por causa destes detalhes técnicos e sim da questão de competência do Conselho o que se depreende deste ofício nº 266/04-APPA, da Administração do Porto que está discutindo-se as questões de competência do Conselho, sendo esta uma questão importante, isto não significa que esteja desprestigiando. Falou que existe é uma divergência a respeito se o CAP podia ou não alterar as normas, que diz respeito mais de perto à operação propriamente dita, entretanto a Autoridade Portuária estaria entendendo que é de sua competência e não do CAP. É uma divergência onde se pode ser aprimorado e faz-se sugestão antes que fosse tomado qualquer decisão que o Presidente tente remediar essa divergência que existe para tentar estabelecer uma sintonia definindo o que cabe ao Conselho e a Autoridade Portuária para que não gerasse um conflito desnecessário. O Sr. **Presidente** reportou a sugestão do Cons. Mario, dizendo-lhe que escapa o alcance, por que se é uma determinação legal? Se estaria discutindo a própria lei? uma vez que entende que a fala do Cons. Mário seja no sentido da aplicação desta competência e não tão pouco discutir a competência do Colegiado que está expressa em lei e o foro seria o Congresso Nacional. Referiu-se ao Voto-Vistas, na qualidade de Presidente compete avaliar se o Conselho tem convicção sobre a matéria, para que possa decidir sobre a mesma. Recordou plenamente que o resultado foi praticamente unânime, houve posições contrárias entre dois integrantes do Bloco do Poder Público e também de um outro Conselheiro que se declarou contrário, porém todo o Conselho se sentiu convencido que tinha que tomar a decisão, conforme reflete a deliberação que foi baixada e encaminhada a Administração do Porto para sua publicação. Disse ainda, que como o processo decisório é por bloco, os quais se manifestaram favoráveis; e que existe outro aspecto que é a determinação legal da Administração do Porto de corresponder com apoio técnico e administrativo, e conseqüentemente publicando os atos do Colegiado. Mencionou

também a norma de Pré-Qualificação do Operador Portuário e outras deliberações que não se teve o êxito de velas publicadas e naturalmente não foram dadas o conhecimento à sociedade. A Eng. **Manuela** reforçando as palavras do Cons. Mário disse que gostaria que houvesse sintonia entre todos, apesar das opiniões e dos escritos, que existisse harmonia e perguntou ao Cons. Fayet quem é o ente subalterno. Em resposta o Cons. **Fayet** falou que na linguagem militar se tem na questão de hierarquia, ou seja, é um jargão e largamente utilizado não só na linguagem militar como também na institucional, sendo o subalterno o de escala de nível inferior, não tem nenhum sentido pejorativo com relação a isto. Atendendo a solicitação do Sr. Presidente fez uma síntese da matéria, relatando que em fins do ano passado o Governo Federal, através do Ministério do Transportes preocupado com o problema das operacionalizações da safra, designou um Grupo de Trabalho para estudar medidas de melhorias operacional no Porto de Paranaguá, compreendendo toda logística é óbvio que um certo momento o Ministro Anderson Adauto pediu-o uma contribuição, tendo em vista que os integrantes do Grupo de Trabalho desconheciam a realidade local, este iniciou sobre duas ordens de serviço baixadas pelo Superintendente do Porto, constando no preâmbulo do seu relatório e numa série de entrevistas com os vários Blocos e como coube o próprio CAP este trabalho e sendo que a partir disto o Governo Federal, estabeleceu uma minuta de regulamento, o qual foi entregue formalmente a Superintendência e ao CAP. A Comissão Interna do CAP discutiu o relatório no sentido de aprimorar desde da linguagem até as questões particulares do sistema operacional do corredor de exportação. Informou que a discussão levou bastante tempo em torno desses seis meses, com a participação dos técnicos de empresas privadas e inclusive dos técnicos do Porto de Paranaguá, sendo que estes técnicos sempre ressaltaram que estavam trabalhando e dando informações exclusivamente com caráter técnico, sem o poder de deliberação, cita o caso do técnico do porto indicado pela Eng. Manuela, este dizia que não tinha o poder de decisão e que remeteria o material a decisão superior. Após o consenso da matéria no âmbito da Comissão foi distribuída ao Conselho, disse que houve tempo suficiente para ser estudada, porque inclusive a minuta tinha imperfeições redacionais constatada na reunião ordinária e solicitada ao Plenário uma reunião extraordinária para votar a matéria, nesse interim a Comissão não recebeu formalmente nenhuma proposta de alternativa e nunca foi contestada nesta questão do poder legal do Conselho. Opinou que esta questão não tem nenhuma forma de discussão no CAP e propõe no que dispõe o art.33 da lei 8630/93, que determine o cumprimento das atribuições a área Executiva e Administrativa que faça a publicação e paralelamente como o CAP é um poder desarmado, as autoridades que tratam desta questão, da insubordinação civil para que tomem conhecimento, por que o CAP está assistindo uma série de problemas operacionais e institucionais, não são problemas de investimentos como nos demais portos brasileiros e esta questão tem que ser dirimidas em um foro próprio. O Sr. **Presidente** informou que encaminhará ofício a Administração do Porto reiterando a solicitação da publicação que trata a matéria e consultou os convidados se há manifestações sobre o assunto. O representante da FIEP, Sr. **Álvaro** falou que não tem conhecimento para medir a opinião e que sentiu que esta discussão enfoca sobre o entendimento do Superintendente em relação ao CAP, comentou que a visão da Federação é que dependem dos portos funcionem da melhor maneira possível para poder exportar e importar. Opinou que às vezes é mais fácil conseguir isto com diálogo, do que ir com a ruptura sendo que esta é a visão de quem está de fora e de quem está pela primeira vez como convidado, podendo estar totalmente errado. Complementando a explanação do Cons. Fayet, o Cons. **Silvio Gori** disse que houve um avanço considerável na

questão de organização e de evitar as filas de caminhões, conforme a fonte de metas do próprio porto em relação à situação de rotina do pessoal técnico, dos terminais e dos operadores. O Cons. **Bósio** opinou que o Conselho tem que tomar uma postura mais positiva em todas as ações que vem fazendo, caso contrário, se cria uma polêmica e não se chega a uma solução. Disse que houve decisão do Plenário e que se proceda de acordo com as leis e o Regimento Interno do CAP. Sr. **Presidente** respondeu o questionamento da Cons. Maria do Socorro dizendo que o Conselho pode baixar uma norma dentro das suas competências e das suas atribuições; sendo que colheu várias manifestações ao longo da semana, pena não terem sido declaradas aqui, pois crê que aqueles que se manifestaram poderiam fazer referência, então algumas medidas poderiam ser colocadas e a outra é a publicação oficial que é feita pela Administração do Porto. Entretanto nada impedem também, que o Conselho dê vazão pública aos documentos, haja vista que as deliberações tomadas pelo Conselho com decisões consciente e convicta, apenas se faz necessária aprovação do Conselho e perguntou se alguém tem outra proposta e informou que tem procurado a Administração do Porto e não só a sua pessoa, mas também o Diretor-Geral da ANTAQ, porém não tem conseguido concretizar o seu contato direto com o Superintendente, e que o seu posicionamento é o mesmo do diretor da ANTAQ, ou seja, que a Administração do Porto tem que publicar os atos do Colegiado, e naturalmente não poderíamos evitar de buscar este entendimento; conversando com o Cons. Mário, a Eng. Manuela e com o Dr. Mauro Maranhão, Procurador Jurídico da APPA, ele tem buscado uma audiência com o Superintendente com o intuito de evitar certos desgastes, no entanto estão aparecendo aqui propostas que se tomem iniciativas de imediato com que os atos do CAP sejam do conhecimento do público e destas entidades e que temos como oportunidades de lançar mão para apoiar esta iniciativa. O Cons. **Mário** disse que a leitura que está fazendo tem duas posturas, uma de comunicar oficialmente os órgãos públicos e a outra de tentar buscar o diálogo, por que a preocupação maior é com a safra do ano que vem e que não adianta ficar polemizando, com isto estamos perdendo tempo no qual poderíamos estar utilizando para o planejamento da nova safra. O Sr. **Presidente** falou que o Cons. Mário fez uma nova proposta, no sentido de tentar buscar o diálogo e que não adianta ficar polemizando. O Cons. **José Roberto** lembrou que os representantes da FIEP esteve na ACIAP, sendo que os problemas que estão sendo colocados aqui são os mesmo do início do ano e perguntou o Presidente se já esteve com o Superintendente do Porto e como foi a conversa, se estes problemas foram aventados. O Sr. **Presidente** respondeu que esteve com o Dr. Eduardo Requião logo após a última Reunião Ordinária que foi feita em julho, mas no sentido de se apresentar, trataram de contatos preliminares, pois há necessidades de rotinas de encontros para que nós pudéssemos trabalhar nesta direção, as outras tentativas não obtiveram êxitos por razões de agendamento, mas espera manter estes contatos, porém, com a diretoria presente sempre lhe acolheram bem, conversando bastante sobre todos os assuntos. Falou que tem-se duas propostas, a do Cons. Fayet ampliada com a dos Cons. Ozeil e Bósio para enviar para Ministério do Estado dos Transportes, ANTAQ, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e Entidades representadas aqui, e a proposta do Cons. Mário que não se envie agora e que se continue nas tentativas de tal maneira que seja efetivada esta medida. A Cons. **Maria do Socorro** perguntou qual a possibilidade que o Cons. Mário vê de diálogo entre o Superintendente e o Conselho, pois se está diante de uma situação difícil para o Conselho, onde este toma uma decisão, sendo que a decisão não é reconhecida e que institucionalmente o Conselho não tem condições de fazê-lo, disse que tem dúvida e opinou que deve-se consultar para esclarecer as

competências. O Cons. **Mário** falou que não queria retomar a questão, mas quando se fala em competência não há de se falar em hierarquia, pois são duas coisas distintas sendo que ninguém é subalterno ou superior a ninguém, cada um exerce a sua posição. Cada um exerce a sua posição dentro da sua competência. Opinou que estaria faltando estabelecer um diálogo, acha que a possibilidade é real, se não ele nem proporia isto. O Sr. **Presidente** enfocou os aspectos onde confere competência do Conselho para decidir sobre esta matéria a partir do próprio Regulamento de Exploração do Porto, onde no art. 79 do 2º parágrafo estabelece que compete ao porto baixar normas sobre a operação; quando se fala em termos de todo um conjunto de entendimento que é buscar racionalizar o uso das instalações, aumentar produtividade, baixar custos, ou seja, buscamos as fundamentações legais para que pudéssemos alicerçar o nosso ato e independente de tudo isto, existe uma atribuição legal, que eventualmente a Administração do Porto poderia até discordar do ato do Conselho, mas não poderia deixar de publicá-lo, por que estaria ferindo o cumprimento da lei 8.630, mas do que propriamente o mérito da decisão. O Cons. **Fayet** disse quem pode dirimir competências não é a Superintendência nem o próprio Conselho, pois as duas partes estarão agindo dentro dos seus próprios interesses, quem tem que resolver são órgãos Superiores e no caso aqui é a justiça, porém ponderou muito quando fez a sua proposta. Falou que este Conselho tem que reconhecer o esforço brutal que o Presidente está fazendo no sentido de dissipar arestas que nós no dia a dia acabamos criando por força das nossas tarefas; não aceita que o Sr. Hélio com sua responsabilidade declarar que ele e a Antaq têm procurado audiência com o Superintendente da APPA e em vão. Opinou que o CAP não poderá deixar que isto se perpetue, que não está em uma ação agressiva e sim com ato em escalões administrativos para resolver administrativamente. Manifestaram os Cons. **Bósio e Frisoli** dizendo que entende os comentários do representante da FIEP que é melhor uma atrativa de negociações e que o Presidente tem que sempre tentar isto, porém há limites; quanto o assunto em questão tem que ser comunicado as autoridades. O Conselho sempre se pautou pela unanimidade, pelo consenso coisa que não está se conseguindo a vinte meses, pois não dá mais para ficar como esta. O Sr. **Presidente** colocou ao Plenário as duas propostas do Cons. Fayet e do Cons. Mário de encaminhamento ou não desta matéria ao Ministério do Estado dos Transportes, a ANTAQ, ao Ministério Público da Federal, ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Contas da União e as Entidades representadas, aprovada a proposta do Cons. Fayet por maioria, votando contra o Cons. Mário. Na oportunidade o Presidente pediu apoio para o Cons. Mário e da Eng. Manuela e de outros Conselheiros que possam acompanhar na ocasião que o Superintendente poder lhe receber. **Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos e Manutenção da Infra-estrutura Portuária e Marítima - FUNSILO, FUNPORT e FUNMAR:** O Sr. **Presidente** disse que ficou decidido na última sessão que o CAP efetivaria o acompanhamento das aplicações destes recursos e perguntou ao Cons. Silvio se há elementos suficiente para apresentar ao Colegiado. O Cons. **Silvio Gori** disse que a Comissão não conseguiu elementos necessário para se reunir e apresentar o trabalho ao Conselho, mas que hoje receberam um resumo dos fundos, tendo algumas despesas aplicadas que a Comissão não tem o conhecimento da origem e que de certa forma não foi acompanhado e nem discutido as aplicações destes recursos, inclusive no PROMAR tem uma transferência de R\$2.500.000,00, em 01/07/04 que não tem explicação. Solicitou informações sobre a transferência e dos outros gastos para que a Comissão possa se reunir analisando, discutindo e elaborando o relatório destes acompanhamentos. O Cons. **Frisoli** perguntou ao relator da Comissão e a Diretoria do Porto

qual seria o cronograma de investimentos nas moegas do Corredor de Exportação, sem obtenção de resposta desde outubro do ano passado. Solicitou para que o Presidente oficie a Administração do Porto, pois vai entrar outra safra e ninguém conseguiu explicar qual vai ser o investimentos e o cronograma das moegas do corredor de exportação. O Sr. **Presidente** adianta que pela parte da secretaria do CAP todas as providências foram tomadas inclusive reiteradas neste sentido. O Sr. **Presidente** reportou ao questionamento do Cons. Frisoli fazendo uma ponderação em que naquela ocasião o Conselho debateu a proposta dele tomando a decisão em vigor e que nada impede que seja retomado nas bases que o Conselheiro propõe. O Cons. **Juarez** disse ao Presidente, Conselheiros e Ilustres Convidados, passo a fazer este registro nesta reunião, que esta data é muito importante na história do sistema Portuário do Paraná na condição de Relator Interino da Comissão de Dragagem, de Representante do Município de Antonina, de Presidente dos Terminais da Ponta do Félix, e principalmente na condição de cidadão do Paraná e do Brasil. Cabe-me alertar e dividir solidariamente a responsabilidade pelo que esta para acontecer nos próximos dias, caso não haja uma imediata solução para a questão da dragagem e sinalização do canal de acesso e bacia de evolução até a Ponta do Félix em Antonina o Paraná ultrapassou Santa Catarina na produção de frangos, sendo hoje o principal produtor brasileiro, mas 70% das exportações brasileiras saem por Itajaí e Santos. A Ponta do Félix de janeiro a julho deste exercício exportou 40% das exportações paranaenses e 8% das exportações do País. Mas por conta da falta de infra-estrutura marítima perdeu duas linhas de exportação, uma para Rússia e outra para o Leste Europeu. Toda a produção de siderúrgicos destinada a exportação portuária, de Araucária-PR, da Gerdau e CSN sai por Antonina, utilizando barcaças para poder complementar a carga. Fomos buscar em Santos as bobinas de papel produzidas em Telemaco Borba pela Klabin. Tenham certeza de que as cargas que saírem de Antonina, não viram a Paranaguá, irá a Santos, Itajaí ou São Francisco. O OGMO acabou de distribuir os valores pagos aos TPA's neste relatório que os Senhores tem em mãos, e podem verificar que em Antonina R\$5,1 milhões foram pagos nos últimos 7 meses para mais de 340 trabalhadores avulsos. A Ponta do Félix contratou mais de 120 pessoas este ano, e os TPA's abriram concursos para criar a força supletiva, ação inédita neste país. Mas se uma ação imediata não for tomada para dragar o trecho marítimo de Antonina, em 30 dias poderemos estar demitindo 50% dos funcionários alocados, e reduzidos a demanda por TPA's. quanto a legalidade e legitimidade em o Poder Público realizar esta campanha de dragagem e em corrigir a sinalização (que tem hoje apenas 18% de sua eficiência), todos já conhecem e reconhecem. A Nossa proposta: 1. A APPA escala a Bandeirantes Dragagem para realizar imediatamente, o serviço de dragagem nos próximos 60 dias até 8,50 m (8,00 do contrato mais 0,50 de margem), que representa algo em torno de 400.000m³, e 2. Abre processo licitatório para dragar até 10,0 m de profundidade, conforme Edital de licitação 009, APPA-TPPF 005/02, de 31/01/02, art. 1º, 1.1, para início da dragagem no máximo em janeiro de 2005. 3. Recuperar imediatamente a sinalização do trecho citado. A Eng. Manuela, diretora técnica da APPA questionou quanto à autorização Ambiental, e o trabalho de contenção da retro-área, para a qual respondemos, que desde 27/05/04, o IBAMA através da Autorização 01/04 liberou ambientalmente o serviço, cabendo a APPA escalar a Bandeirante, sendo que a contenção será executada imediatamente pela Ponta do Félix, no valor aproximadamente de R\$ 1.000.000,00 e conclui pedindo o apoio deste CAP no sentido que estas questões sejam imediatamente resolvidas e que todos se solidarizem nas suas consequências. O Cons. **Ozeil** pediu para que o Cons. Mário mande por escrito para o relator todas as informações oficializadas com relação

ao recurso do pátio de triagem. A Cons. **Maria do Socorro** reportou a manifestação do Cons. **Juarez** que é dirigente da Ponta do Félix preocupou muito como trabalhadores e solicitou um encaminhamento deste tema de perda de cargas para Comissão de Fomento para ser avaliado e estudado para que na próxima reunião tenha um relatório dessa Comissão para saber realmente o que estaria acontecendo, se nós estaríamos realmente perdendo carga e o que poderia ser feito e qual a contribuição do Conselho neste sentido. O Cons. **Fayet** relatou que as empresas como da Ponta do Félix e outras que manifestassem através de carta, e-mail ou fax formalizando as suas questões, por exemplo: estas questões de perdas de cargas, disse que por várias vezes consultou empresas, porém nenhuma formaliza e se faz necessário a formalística. A Eng. **Manuela** falou sobre as cargas, a qual se tem uma nova linha de madeira e que já veio o primeiro navio para Paranaguá, e em relação aos assuntos de balizamento e dragagem, que este assunto é tratado pela ASSUMAR que é uma Assessoria Organizada que esta ligada diretamente a Superintendência. O Sr. **Marson** disse que gostaria de compartilhar da preocupação que o Cons. **Juarez** trouxe de Antonina, que seria também preocupação do OGMO, em consequência dos investimentos realizados em Antonina que serão prejudicados, porém ele gostaria de fazer uma correção no anseio em que o Cons. **Juarez** fez em sua colocação que pagou ao OGMO 5 milhões de reais, este foi para pagar a mão de obra e encargos, porém o OGMO tem a taxa de manutenção sobre a mão de obra bruta de 7% numa faixa de cem mil reais. O Sr. **Presidente** disse que tem como conclusão que o CAP necessita de um maior detalhamento de informações para efetivar seu acompanhamento da aplicação destes fundos. Falou que irá destinar uma correspondência específica com esta matéria.

Comissão Internas do CAP - Agregação das Comissões e Indicações dos Integrantes pelos Respectivos Blocos. O Sr. **Presidente** relatou que ao longo do tempo em razão do acúmulo das variedades de assuntos que são tratados no Colegiado e da urgência que algumas matérias requerem, foram criadas 17 Comissões, caracterizando-as como permanentes e temporárias, entretanto o próprio Conselho se sentiu um pouco exaurido, achando por bem fazer uma agregação com o propósito de aglutinar algumas Comissões de maneira que não perdessem suas substâncias, nem a importância de alguns assuntos, mas que alguns deles fossem tratados de forma mais agregada. A Secretária do Conselho preparou a primeira proposta e por esta razão solicitou manifestações e opiniões do Plenário. O Cons. **Fayet, Maria e Mário** propõem que seria melhor se fosse eliminada a palavra Acompanhamento em todas as Comissões e em relação ao PDZPO e aos Fundos que colocassem em primeiro o item análise e aprovação. O Cons. **Bósio** disse que em gostaria de parabenizar a idéia da condensação das Comissões e fazer algumas observações e que concorda plenamente com as ponderações dos Conselheiros, porém gostaria de fazer uma complementação a agenda Propositiva por meio estratégico, para que o Porto ofereça serviços eficientes e a preços competitivos e que ele poderia redigir uma redação e incluindo do contexto da atracação de carga e fomento e ação industrial comercial dos Portos. O Conselho aprova a estrutura por unanimidade. O Sr. **Presidente** solicitou a manifestações dos Blocos indicarem a nova composição dos seus integrantes. O Cons. **Fayet** falou que esteve conversando com os integrantes do seu Bloco sobre esta questão, os quais possuem várias idéias e vários pedidos. Disse que os componentes do bloco reunirá e encaminhará a proposta de componentes de das Comissões se houver unanimidade; a questão da relatoria discutiu uma idéia, porém não sabe se existe alguma decisão a este respeito, isto é, que a relatoria fosse rotativa (variável) por tema conforme a maior ou menor intimidade dos membros da Comissão. A Cons. **Maria do Socorro** propõe que sejam feitas as indicações, mas que permaneça como está até termos um

novo regulamento de funcionamento das Comissões, sem manifestações contrária.

Implantação do Plano de Segurança- ISPS Code: O Sr. **Presidente** saúda os Srs. Alaor e Luiz Henrique falou que foi feita uma solicitação convidando-os a participarem da reunião para auxiliarem com algumas informações sobre o Plano de Implantação do ISPS CODE. O Sr **Luiz Henrique** relatou que a parte de tecnologia que é uma preocupação muito grande e muito forte do ISPS na parte de monitoramento e de controle de acesso, há uma licitação marcada para o dia 20/09/04 e tendo mais de 40 empresas interessadas, e o Dr. Alaor se encontra aqui para dar um suporte jurídico na questão das cantinas internas, pois se estas permanecerem estaremos automaticamente fora do ISPS CODE, sendo que o porto tem tomado algumas medidas com relação a isto, a parte jurídica notificando com tentativa de retirada e também foram feitas discussões para uma saída de forma mais amigável. Fez outra colocação com relação a parte de software do controle de cargas parece que já estão validados, a parte de corredor de exportação em operação tiveram alguns transtornos com qualquer implantação do sistema no pátio de triagem dos grãos, na parte das demais cargas do controle de acesso na faixa Portuária parece que os operadores já estão se cadastrando na forma e na ordem do plano de segurança e que estaria sendo bem encaminhados pelas áreas competentes dentro da APPA. Solicitou em seu nome por ser interlocutor do ISPS o apoio formal deste Conselho, pois se entra no mérito social por motivo destas cantinas. Em resposta ao Presidente disse que dificilmente a Administração do Porto conseguirá fazer um acordo sem que seja questionada futuramente, obviamente já se tentou a remoção das cantinas para um outro lugar, mas no que tange a discussão administrativa com as cantinas não existe a menor possibilidade, pois a primeira discussão que houve, uma cantina que tem em média 8 metros queria cem mil reais para sair do local, sendo que poderiam buscar uma outra solução mas que poderia complicar mais afrente, seja com o Tribunal de Contas da União ou com o Ministério Público. Ressaltou que a APPA pretende até o ano que vem colocar um restaurante ou licitar uma área para que tenha um ponto de apoio para alimentação dos trabalhadores de qualquer categoria, sendo restaurantes indústrias de alta performance. O Dr. **Alaor** esclareceu que a situação dos permissionários que comercializam principalmente na avenida Portuária e dentro da faixa precisam ser removidos, na verdade o que existe ali são permissões, que ao longo dos anos foram concedidos em caracter precário para que comercializassem lanches, aos poucos foram construindo perfeitos barracos, alguns inclusive avançam dois metros na pista da avenida Portuária onde estão recebendo o asfalto com base concretada, causando paralisação da obra e dando prejuízo, porém o motivo principal o Sr Luiz Henrique já expôs que é o ISPS CODE, e o que a Superintendência propõe providenciar a instalação de cantinas pré-fabricada conforme a urgência, em três locais distintos: na ponta leste, na entrada principal e na ponta oeste poderia a exemplo do nosso prefeito, que instalou na rua quinze.

Cons. **Mário Roque** relatou que este assunto se arrasta por muitos anos, dentro do Porto, existia um grande restaurante onde todas as classes de trabalhadores faziam suas refeições, mas ao longo do tempo com o fechamento deste, apareceram estas cantinas. Disse que tem tentado ajudar o Superintendente do Porto quando lhe pede que não seja dado alvarás, mas a questão social está em não poder indenizar por questão jurídica, mas acha que atualmente não existe uma solução rápida para questão. Na oportunidade falou que está tentando uma liberação na área ambiental para instalar de uma empresa que vai fabricar equipamentos de interesse da Petrobrás, gerando mais empregos para o Município de Pontal do Paraná. O Cons. **Fayet** falou da sua satisfação em ver que as coisas estão andando bem, gostaria de fazer uma observação e até um pedido de informação, como esta questão do ISPS CODE é uma

legislação de hierarquia superior porque estaria vinculado a um acordo Internacional assinado pelo Brasil, então evidentemente, qualquer decisão desta natureza que envolva a implantação do ISPS estaria automaticamente vinculada ao foro federal e a outra questão que é uma determinação de uma legislação superior que tem ser implantada, consequentemente não vê nenhuma restrição onde o Conselho dê apoio, só que ele entende o seguinte, se administração do Porto tem interesse em ter um respaldo do apoio para ingressar com uma ação como alguma coisa desta natureza ela deverá formalizar, ele acha que deveria vir formalizado o pedido de apoio da APPA, se esta não formalizar devem desconhecer o assunto porque evidentemente ela tomou as providências pondo sua conta em risco e outra pergunta que ele tem é sobre o caso desta remoção das cantinas, a implantação de um novo sistema de alimentação, se isto estaria compatibilizado no PDZPO e se esta já foi argüida a este respeito. O Cons. **Bósio** pergunta se o Conselho, a Presidência e a APPA sabem do encontro que esta acontecendo no Rio de Janeiro que é o encontro Inter-Americano e se foi mandado algum representante, pois o assunto é justamente sobre a segurança Portuária e devemos ficar atento com os movimentos nesse sentido para termos conhecimento de toda área atingida dentro desta lei. A Cons. **Maria do Socorro** relatou que não houve consulta ao PDZPO, mas que a questão das cantinas é grave, tendo problemas de condições de higiene, venda de bebidas alcóolicas e tendo problemas com os trabalhadores que se encontram ali, e que a questão não foi para o PDZPO mas se a APPA tiver interesse da participação do CAP o Conselho tem que dar seu apoio. O Sr **Pedro, Presidente do SINDAPAR** disse que em teoria o porto não é um local para se enriquecer e sim para se investir, que tenha passagem ágil e rápida para todo o país e que esta questão cria um empasse praticamente com todo Estado e com outros que usam o Porto de Paranaguá como via de importação e exportação, sendo que estamos com um risco de perder uma certificação internacional em função disto, e perguntou ao Delegado da Receita Federal qual a visão deste sobre a atuação as cantinas na faixa primária, se existe alguma solução? Informou quando os planos foram aprovados o SINDAPAR em conjunto com o Sr. Kasczesze tiveram várias reuniões no sentido de criar instrumento de informações para os armadores, pois havia desinformação. O Sr **Marco Antônio, Delegado RF/Pguá** falou que é uma situação irregular no ponto de vista da legislação aduaneira e no seu modo de ver a solução mais simples a curto prazo seria a Guarda Portuária não autorizar a entrada no porto para o abastecimento das cantinas. O Cons. **Fayet** disse que a questão fundamental é a seguinte: pois isto não é um pedido de apoio que seja necessário, por que na verdade o que se entendeu da exposição do Sr Luiz Henrique é que o apoio seria para provar medidas judiciais para resolver o problema em tempo hábil, caso seja isto, solicitou uma correspondência específica, afinal de contas o plenário do CAP aprovou um programa de investimentos para o ISPS e quer saber se há necessidade de outra coisa, pois custa acreditar que nós sejamos refém desta questão e esta brincadeira de problemas sociais é uma situação que está tomando o Brasil de uma maneira absolutamente inadequada, e que nós temos que resolver o credenciamento dos nossos Portos num sistema ao qual o Brasil aderiu formalmente o sistema de segurança internacional, ou seja, não é aqui que vamos resolver o problema de 20 cantineiros, nós não podemos deixar uma sociedade inteira ficar refém de meia dúzia de pessoas que possuem interesses privados e inclusive irregularmente conquistados, e gostaria de saber quais são as providências concretas que estão sendo tomadas pela superintendência por que é dela a responsabilidade de se habilitar. O Sr **Luiz Henrique** disse que no seu ímpeto e na sua preocupação de não correr nenhum risco com a certificação, se antecipou em falar no pedido de apoio em seu nome, e retirou este pedido, pois se administração se quiser

que o faça, pois em hipótese alguma pediram apoio para entrar com uma medida judicial. O Dr. **Alaor** relatou que desde 2003 foi noticiado a intenção de desocupar estas áreas ocupadas pelos cantineiros e que poderão ser constatadas em documentos que a administração do porto vai encaminhar ao Conselho, mas é importante que todos saibam que em 2003 todos foram notificados com um prazo de trinta dias para que desocupassem os espaços sob pena de constituir esbulho contra o poder público, em que não cabe serem indenizados por aquilo que não os pertence, e em relação ao pátio de triagem foi ingressado um pedido de reintegração de posse não sendo obtido a liminar em que a justiça entendeu que estava presente toda aparência de um bom direito da Administração do Porto, mas não estava presente um perigo pela demora em julgar não concedendo a liminar, foi empreitado um agravo contra este despacho procurando demonstrar a segunda estância da Justiça Estadual da necessidade da tal liminar que não foi julgada até o momento, esta sob vista de uns dos membros da Câmara e também foi intentado um interdito proibitório por parte dos cantineiros que não conseguiram também liminar sendo reconhecido que eles não possuem qualquer direito em usucapião, pois a área é pública e a APPA é administradora da área tendo toda condição de ação mas que existe a demora do tramito do judiciário com relação do que é mais importante. O Cons. **Bósio** propõe duas ações imediatas: primeira a sugestão de proibir qualquer alimento que entrasse como forma de uma ação já preventiva para a continuidade da comercialização de produto dentro da área restrita, isto iria talvez intimidar ou criar uma outra maneira de negociações futuras, e segundo ele acha que nós não podemos ficar no âmbito da Justiça Estadual nós temos que imediatamente ir através da Justiça Federal. O Dr. **Alaor** disse ao Sr. Presidente que a Administração do Porto encaminhará o CAP elementos e a documentação. **Ampliação de Instalações Privadas - informações sobre os pedidos e os seus respectivos andamentos no âmbito da APPA.** O Cons. **Fayet** sugeriu que o Conselho solicita-se formalmente a APPA que encaminha-se a relação das empresas que pediram para proceder modificações e principalmente ampliações das suas capacidades operacionais, quais são elas e qual a situação da tramitação deste processo, sendo acatado pelo Sr. Presidente. **Atualização dos Mandatos dos Conselheiros.** O Sr. **Presidente** disse que a Secretaria do CAP necessita ter os mandatos dos respectivos Conselheiros atualizados, isto significa que este não está em condição de ser Conselheiro, pois o regimento assegura a este a permanência mesmo que eventualmente o seu mandato não esteja atualizado, porém nós temos a obrigação de inicialmente comunicar ao Conselheiro e na sequência a Entidade que o indique, para que o mantenha, ou eventualmente, mande um outro representante. **Relatório Gerencial Operacional, Administrativo e Financeiro da APPA.** O Cons. **Mário Lobo** focou dois pontos que lhe parece muito importante que foram tratados ao longo da reunião e que no momento ele não quis abordar porque estava se tratando de outro assunto. Primeiro se falou aqui da invasão de cargas para outros Portos, porém, a competição entre Portos é algo que existe desde que ele acompanha a atividade Portuária, e Paranaguá sempre atuou agressivamente neste sentido, sempre captou cargas de Portos maiores, como é o caso de Santos, que a seu ver é o maior. É normal esta competição entre os Portos, em que os menores consigam ser mais agressivo e acabam captando uma fatia do mercado do comércio Internacional que só faz aumentar. Se pegarmos o relatório de movimentação deste ano veremos que com exceção do complexo de granéis sólidos onde houve uma diminuição de 18%, na carga geral por exemplo, houve um incremento de movimentação muito significativa. O porto está crescendo, principalmente no setor de cargas gerais, que é um setor que gera muito empregos, muito tributos, onde ao meu ver todos devem saldar como positivo, e este crescimento do porto também se dá em

decorrência da presença Brasileira no Mercado Internacional, então, ele não vê este cenário de evasão de cargas, pelo contrário ele vê o porto sempre crescendo, se esforçando para captar cargas como o caso do algodão do centro oeste, que precisa de um porto preparado para exportar este novo commanding que possivelmente com as novas regras da OMC deve ter uma possibilidade de exportação muito grande. O Porto de Antonina, na época do Sr Juarez a frente da direção de Antonina melhorou muito o seu desempenho, hoje o porto trabalha com a importação de fertilizante mantendo um regularidade como do ano passado. O Sr Leopoldino disse que vê aqui uma certa unanimidade com relação a situação de Antonina, mas que realmente a evasão que se fala é de Antonina e não de Paranaguá e expõe que a Ponta do Félix não trabalha com graneis sólidos somente o Barão de Teffê e que parece que o Sr. Juarez alertou o futuro próximo de um desastre eminente, ele representa a Cidade de Antonina neste Conselho. Falou que estão trabalhando numa parceria muito intensa, com ameaças eminentes perda das cargas de aço, madeira e de outros. O Cons. Bósio falou que o Paraná se tornou o segundo maior Estado exportado do Brasil e que a maioria destes produtos saíram dos Portos de Paranaguá e Antonina, no entanto se tivesse mais dinamismo por parte do Porto, não estaríamos perdendo carga para os Portos de Itajaí e de Santos, ele vê uma inércia neste momento quanto a capitalização e a instrumentalização para trazer mais produtos para exportar via Porto de Paranaguá, e que existem condições, por que muito dos usuários do CEXPAR estão exportando em São Francisco por que o navio não tem mais confiabilidade no Porto de Paranaguá. O Sr. Presidente disse que a Comissão de atracação de cargas e de fomento que foi reestruturada, terá um dinamismo maior. O Cons. Michael transmitiu a satisfação que a liberação da operação do berço 216, em 30 de junho último através da APPA-O.S. 065-04 tem resultado em não só viabilizar um maior despacho de navios mas até o retorno de serviços para o Porto de Paranaguá e pediu a Diretoria Técnica que na estatística conste em separado a carga geral e o contêineres para divulgar no âmbito internacional de maneira bastante transparente esta melhoria de 29,5h de espera por navio de contêiner para 5h, mesmo em obra de dragagem. O Sr. Álvaro fez uma colocação bem específica referente a exportação de contêiner, expõe que um dos setores que mais cresceram de exportação no Paraná foi o setor madeira e não o de carga geral e o principal destino deste é Golfo, e uma das suas reivindicações e que se faça um trabalho no sentido de trazer de volta a linha do Golfo para Paranaguá sendo que esta linha migrou para Itajaí, sendo que eles readequaram o Porto de Imbituba para poder operar esta linha, gerando para nós um custo grande de transporte rodoviário, e que o TCP daqui é o mais rápido e o Porto de Paranaguá é o mais eficiente. O Cons. Fayet disse que este ano o Porto de Paranaguá perdeu alguns milhões de toneladas de graneis e perdeu um grande volume de exportação de movimentação de contêiner, e deixa bem claro para a Eng. Manuela que os usuários estão muito atentos as mudanças positivas que ela procedeu no Porto, que não há dúvida alguma, e é sensível a esta questão, falou que a indústria, agricultura, transportes e comércio, isto é, o setor de agro negócio encaminhou por escrito as autoridades federais um estudo técnico de avaliações das perdas, as deficiências operacionais de Paranaguá e que vão ocorrer em razão das providências não terem sido tomadas, já representaram nesta última safra um bilhão de dólares de prejuízo para o agro negócio Brasileiro e que eles não estão contestando as suas ações pessoais, mas gostariam de saber quem vai pagar esta conta por que isto não prescreve em 24 horas, evidentemente muita gente está atenta do momento, exato de entrar com a cobrança destas indenizações. O Sr. Pedro, Presidente do SINDAPAR disse que por sugestão do Sr. Presidente protocola nessa reunião o ofício n.º 069 encaminhando um dossiê

de todas as correspondências encaminhadas por este sindicato à APPA nos anos de 2003 e 2004, bem como demais documentos oriundos de associados, que contêm sugestões de melhorias em alguns aspectos operacionais e regimentais. O Sr. **Presidente** reportou ao Sr. Pedro que as ponderações que foram todas apresentadas na reunião que tiveram com ele e com os outros associados, disse que passou todas a Eng. Manuela e que certamente ela tomará as devidas providências no que foi proposto. Nada mais havendo a tratar o Sr. **Presidente** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, e confirmando a Reunião Ordinária para o dia 23 de setembro de 2004, às 9h, tendo eu **Rosa Shimoisa Ebina**, Secretária Executiva, lavrado a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

CONSELHEIROS/CONVIDADOS

Hélio José da Silva
Mário Marcondes Lobo Filho
Mário Manoel das Dores Roque
Juarez Moraes e Silva
Carlos Alberto S. Calvo
Michael Martins da Silva
José Silvio Gori
Carlos Roberto Frísoli
Jorge Tacla Filho
Zulfiro Antônio Bósio
Ozeil Moura dos Santos
Luiz Antônio Fayet
Sidney Pinto
José Roberto Almeida Corrêa
Maria do Socorro de Oliveira
Wilson Moraes da Silva
Carlos Gilberto Guardhain Mattoso
Luiz Henrique Roos
Luiz Antônio de Mattos
CONVIDADOS:
Marco Antônio Franco
José Albino G. Neto
Maria Manuela de Oliveira
João Ivano Marson
Pedro Lopes de Oliveira
José Albino G. Neto
Nilson Hanke Camargo
Luiz Henrique Tessutti Dividino
Leopoldino de Abreu Neto

João Ivano Marson
ATA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP, de 26/08/2004

ASSINATURA










